

**Clipping**  
**26 e 27.01.2011**

MP/RS entra em estado de greve.....	1
Grupo que controla El País anuncia demissão de 2,5 mil funcionários .....	2
Após acordo com empresas, rodoviários retomam o trabalho na zona leste da Capital...	2
Prefeitura vai fiscalizar ponto dos médicos na Capital.....	3
Superlotação das emergências, por Felipe Costa Fuchs* .....	3
Prefeitura fiscalizará horários de médicos .....	4
Drama em efeito cascata na rede de saúde pública .....	5
A reação do Simers e do Cremers .....	5
Situação do Luterano atrasará reabertura .....	5
Globo e Estadão lideram ofensiva contra as centrais sindicais .....	6
Incêndio atinge a Lanxess (ex-Petroflex) .....	8
E o paciente, senhores?.....	8
Planos de saúde, usuários e médicos, por Fernando Weber Matos* .....	9
Governo admite correção de 4,5% .....	10
R\$ 10 milhões para reabertura de leitos do Luterano.....	10
Entidades criticam criação de fundação .....	11
Correios adiam publicação do edital do concurso público .....	11
Gestão da saúde em debate .....	12
Mudança agrada a secretários.....	13
Reunião entre governo e centrais termina sem acordo .....	13
Reivindicações salariais são legítimas, mas é preciso pé na realidade, diz ministra.....	14
Polícia vai apurar morte de presidente do TJ-SP.....	14
Governo e centrais não chegam a acordo sobre salário mínimo .....	15
Sindicalistas querem testar a resistência do novo governo.....	16
Juiz indeniza vencedor de troféu tartaruga .....	16
Denúncias de arbitragem que prejudicam trabalhadores na mira do MPT.....	17
Projeto de lei propõe utilização do FAT na requalificação de policiais e professores...	19
Jovens egípcios encabeçam a revolta, deixando líderes para trás .....	19
Cairo fecha vias e limita o acesso às redes sociais .....	20
Davos coloca o capitalismo no divã .....	21
Profissionais manifestam insatisfação no Dia Nacional do Carteiro.....	22
Protestos egípcios tiveram um novo tipo de organização.....	23
Aumento pedido para servidores do Judiciário é de 31% e não 56%, diz STF.....	23

### **MP/RS entra em estado de greve**

Servidores do Ministério Público (MP) estadual iniciam estado de greve a partir de amanhã. Eles reivindicam o avanço nas negociações que deverão implantar o Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) da categoria.

As paralisações parciais devem ocorrer em fevereiro. De acordo com o presidente do Sindicato dos Servidores do MP (Simpe/RS), Alberto Ledur, a administração da instituição havia feito acordo em dezembro passado quanto ao PCCS, mas avisou que não poderá cumpri-lo em razão do impacto orçamentário.

O debate, segundo Ledur, diz respeito às tabelas salariais dos diferentes cargos do MP.

"São pontos que corrigem distorções históricas e desvios de função, além de impor garantias aos servidores e possibilitar a ascensão na carreira", ressaltou.

A procuradora-geral de Justiça, Simone Mariano da Rocha, se afastará das funções

amanhã, oficialmente, para concorrer à reeleição no MP. Mesmo assim, o Simpe/RS está confiante no diálogo. "A gente espera que o substituto siga dando tratamento à questão", afirmou Ledur  
CORREIO DO POVO

## Grupo que controla El País anuncia demissão de 2,5 mil funcionários

Portal Imprensa

O grupo de mídia espanhol Prisa anunciou na última terça-feira (25) que demitirá 2,5 mil trabalhadores em todo o mundo. As demissões representam 18% do quadro de funcionários do proprietário do jornal El País, e atingirão cerca de duas mil pessoas na Espanha e outras 500 ao redor do globo.

De acordo com informações das agências de notícias, a companhia não descarta a possibilidade de haver outros cortes. No Brasil, a Prisa é dona das editoras Moderna, Objetiva e Richmond, além da Fundación Santillana, que realiza atividades de incentivo cultural e programas educativos.

Em comunicado, a Prisa informou que os cortes permitem à empresa "obter uma estrutura de custos adequada para competir com as companhias do setor em um mercado global". O grupo de mídia afirmou, ainda, que pretende "se transformar em uma nova companhia, focada não somente na produção e na distribuição de conteúdos nas línguas espanhola e portuguesa, mas também no uso de novas tecnologias".

A família Polanco, proprietária do grupo espanhol, vendeu parte da empresa para investidores dos EUA em novembro de 2010. A negociação - feita com Martin Franklin e Nicolas Berggruen, fundadores da Liberty Acquisitions Holdings - permitiu que a Prisa renegociasse uma dívida de cerca de 5 bilhões de euros.

No fim do ano passado, a imprensa espanhola já havia publicado informações de que a companhia poderia realizar demissões de funcionários. Além disso, a Prisa vendeu, em dezembro, 44% de sua plataforma de TV paga, a Digital+, para o grupo de mídia Telecinco e para a operadora de telefonia Telefónica por 976 milhões de euros.

FNDC

## Após acordo com empresas, rodoviários retomam o trabalho na zona leste da Capital

Cerca de 50 mil pessoas foram afetadas pela paralisação das linhas de ônibus

Os rodoviários que [protestavam nesta manhã](#) em frente à sede da Viação Alto Petrópolis (VAP) entraram em um acordo com a empresa e decidiram voltar ao trabalho. A paralisação, que começou na madrugada desta quarta-feira, [afetou cerca de 50 mil usuários](#) das linhas de ônibus da zona leste da Capital.

Segundo o diretor da VAP, Antônio Augusto Geraldês, os carros começaram a sair do pátio por volta de 8h50min. Os funcionários só voltaram ao trabalho depois de a empresa garantir que não descontará as horas paradas dos que participaram da manifestação.

O Sindicato dos Trabalhadores de Transportes e os representantes das empresas de ônibus concordaram em criar um grupo de estudos para que, em seis meses, seja possível extinguir o banco de horas, principal reivindicação dos rodoviários.

Às 16h, haverá uma nova reunião para que o índice de dissídio salarial seja debatido.

Para a categoria, a proposta de 7,5% apresentada pelas empresas é insuficiente.

O diretor-presidente da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), Vanderlei Capellari, afirmou que as frotas de outras empresas que faziam o [reforço das linhas de ônibus](#) na Zona Leste serão devolvidas gradativamente até a normalização total do serviço

ZERO HORA

### Prefeitura vai fiscalizar ponto dos médicos na Capital

Prefeito afirma que "profissionais se aproveitam da estabilidade para não trabalhar" Um tema explosivo, que já derrubou secretários da Saúde, conflagrou médicos e desgastou prefeitos, volta ao debate em Porto Alegre. Desde segunda-feira, o prefeito José Fortunati tem criticado médicos que desrespeitam jornadas de trabalho em postos e unidades básicas de saúde.

No início da semana, ao defender a criação do Instituto Municipal Estratégia de Saúde da Família (Imesf) — uma fundação para atuar no Programa de Saúde da Família (PSF) —, Fortunati disse que “médicos se aproveitam da estabilidade para não trabalhar”. As críticas foram emitidas num contexto em que o prefeito anunciava o rompimento de relações com o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), contrário à criação da fundação. Ontem, Fortunati foi ainda mais incisivo:— Eu visitei toda a cidade, e uma das reclamações mais presentes é com o descaso com que vários médicos tratam a comunidade. Médicos marcam o horário e não chegam, faltam dias inteiros, acabam sendo acobertados por colegas. Revolta a população

ZERO HORA

### Superlotação das emergências, por Felipe Costa Fuchs\*

Há tempos vem sendo exposta na imprensa a caótica situação das emergências dos hospitais que atendem pelo SUS em Porto Alegre, especialmente o Hospital de Clínicas (HCPA) e o Hospital Conceição. A frequência com que se noticia a calamidade dessas emergências vem aumentando, ainda que o problema seja crônico.

A questão que se impõe no momento é sobre as soluções apontadas para resolver essa tragédia da saúde. Unidades de Pronto Atendimento, as UPAs, são ditas como a maneira definitiva de amparar o nosso sistema de saúde público. Entretanto, a suposição de que as emergências lotam devido a pacientes que deveriam antes consultar nos postos de saúde não procede. Emergências não lotam de pacientes com enfermidades que poderiam ser tratadas ambulatorialmente. Esses casos são atendidos e liberados. Eles apenas retardam a espera por atendimento. Emergências lotam de pacientes com doenças que não podem esperar por tratamento. São casos que requerem a intervenção de especialistas, exames de alta complexidade e, impreterivelmente, internação – quesitos não preenchidos pelas UPAs.

De fato, o ampliamiento das unidades básicas de saúde é fundamental. Com foco na prevenção primária, com certeza contribuirão para a resolução do abarrotamento de pacientes em emergências, a longo prazo.

No entanto, o foco do problema não é esse. O fechamento de hospitais e a diminuição de aproximadamente 10 mil leitos destinados ao SUS no Estado, nos últimos 10 anos, são responsáveis diretos pela situação atual. A “ambulancioterapia”, rotina adotada por cidades do Interior que consiste em abrir mão de investimentos na saúde, encaminhando os seus habitantes enfermos à Capital, também contribui para a superlotação dos hospitais.

Sendo a falta de leitos o cerne do problema, a estratégia definida para melhorar a saúde pública do nosso Estado deve necessariamente contemplar o incremento de leitos de alta complexidade.

A situação das emergências dos hospitais privados também não é alentadora. No último inverno, foi noticiada a surpreendente lotação das emergências dos maiores hospitais privados de Porto Alegre. A notícia só não foi surpreendente para os profissionais que trabalham em tais locais, acostumados a conviver com a dificuldade de acomodar um

paciente em um leito de internação.

Enfim, há uma clara demanda reprimida de leitos em hospitais qualificados, com capacidade para resolver casos de média e alta complexidade, tanto no sistema público quanto no de saúde complementar. A diferença é que nas emergências de hospitais públicos a situação já ultrapassou o limite do aceitável há muitos anos. Somente a expansão da rede hospitalar em Porto Alegre e no nosso Estado pode, de fato, mudar o panorama da saúde no Rio Grande do Sul.

\*Médico

ZERO HORA

### Prefeitura fiscalizará horários de médicos

Prefeito José Fortunati afirma que “profissionais se aproveitam da estabilidade para não trabalhar”

Um tema explosivo, que já derrubou secretários da Saúde, conflagrou médicos e desgastou prefeitos, volta ao debate em Porto Alegre. Desde segunda-feira, o prefeito José Fortunati tem criticado médicos que desrespeitam jornadas de trabalho em postos e unidades básicas de saúde.

No início da semana, ao defender a criação do Instituto Municipal Estratégia de Saúde da Família (Imesf) – uma fundação para atuar no Programa de Saúde da Família (PSF) –, Fortunati disse que “médicos se aproveitam da estabilidade para não trabalhar”. As críticas foram emitidas num contexto em que o prefeito anunciava o rompimento de relações com o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), contrário à criação da fundação. Ontem, Fortunati foi ainda mais incisivo:– Eu visitei toda a cidade, e uma das reclamações mais presentes é com o descaso com que vários médicos tratam a comunidade. Médicos marcam o horário e não chegam, faltam dias inteiros, acabam sendo acobertados por colegas. Revolta a população.

No cargo desde que o prefeito José Fogaça renunciou para se candidatar ao governo do Estado, Fortunati comanda uma cruzada pelo cumprimento do horário dos funcionários públicos – incluindo médicos e profissionais da área da saúde. Uma das novidades que deverá ser empregada ainda este ano é a instalação de pontos eletrônicos, que reduzem as fraudes.– Quero que os servidores, incluindo os médicos, coloquem o dedão no ponto eletrônico. Quem não deve, não teme – complementa Fortunati.

Secretário atual diz que horário não é respeitado

Não é a primeira vez que administradores tentam disciplinar a jornada de trabalho de médicos. Em 2003, na gestão de João Verle, médicos chegaram a fazer greve quando o secretário da saúde Joaquim Kliemann tentou regularizar a situação.– Havia situações em que médicos trabalhavam uma hora e meia, duas horas em um plantão de seis horas. Era uma prática comum, não generalizada. A secretaria tentou regularizar isso. Ficou acertado que a cada três horas trabalhadas, uma hora deveria ser destinada a aperfeiçoamento profissional, o que poderia ser feito fora dos postos de saúde – diz Kliemann.

Após uma queda de braço com entidades de classe, Kliemann deixou o cargo. Hoje, a orientação é de que profissionais passem três das quatro horas de um turno nos consultórios, atendendo a pacientes ou envolvidos com atividades em postos. Mas não é o que acontece, como diz o secretário da Saúde em exercício, Marcelo Bosio.– Mesmo que os profissionais atendam a um número X de pacientes por dia, eles deveriam permanecer no local de trabalho, mas temos dificuldades para verificar se isso acontece – diz.

Bosio desconhece casos de médicos que tenham sido demitidos por desrespeitarem a carga horária.

## ZERO HORA

### Drama em efeito cascata na rede de saúde pública

A crítica do prefeito José Fortunati de que médicos faltam ao serviço ocorre em um período de superlotação nas emergências dos hospitais de Porto Alegre. Não bastasse o drama dos pacientes que não conseguem leito, surge a hipótese de que profissionais podem não estar cumprindo seus horários.

A escassez de médicos e o caos na saúde estão interligados e causam um efeito cascata no sistema de saúde pública, nas esferas municipal, estadual e federal. Sem encontrar médicos especialistas em postos de saúde, por exemplo, pacientes acabam procurando as emergências.

Na semana passada, um impasse provocou o fechamento temporário do posto de Estratégia da Família no bairro Protásio Alves. Isso ocorreu porque uma médica entrou em férias e não foi substituída, e a outra médica do posto foi dispensada porque tinha sido ameaçada, segundo o secretário da Saúde em exercício, Marcelo Bosio. Por causa disso, as pessoas que foram ao posto tiveram de procurar atendimento em outros locais. O mesmo ocorre se um médico falta ao serviço. Segundo o secretário da Saúde em exercício, Marcelo Bosio, se os médicos que atendem nas Unidades Básicas de Saúde usassem seu turno para atender pacientes que buscam atendimento espontaneamente – sem horário marcado –, os hospitais não lotariam tanto.

– Nas UBSs, é praticamente só consulta pré-agendada. O médico faz o atendimento e vai embora. Ele poderia atender à procura espontânea – afirma.

## ZERO HORA

### A reação do Simers e do Cremers

Representantes do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers) e do Conselho Regional de Medicina (Cremers), as duas principais entidades representativas dos médicos no Estado, criticaram o prefeito de Porto Alegre, José Fortunati.

As manifestações mais duras partiram da diretora do Simers Clarissa Bassin. – Não é verdade o que prefeito está dizendo (que médicos não cumprem a carga-horária). Acho que o prefeito deve estar passando por algum problema porque ele não está nada bem e começou a se atrapalhar no cargo – diz Clarissa.

Médica plantonista do Pronto Atendimento da Cruzeiro do Sul, Clarissa afirma que o Simers não é contra a implantação de pontos eletrônicos, que deverão ser instalados este ano no município. – O ponto vai desmistificar a ideia de que médicos não cumprem o horário de trabalho.

Presidente do Cremers diz que falta gestão na saúde

Num tom menos elevado, mas na mesma linha, o presidente do Cremers, Fernando Weber Matos, questiona a prefeitura. – Se trabalhadores da saúde batem ponto, médicos podem bater. Mas também gostaríamos que o trabalho do médico fosse pago de acordo com a sua responsabilidade social.

E conclui: – Falta estrutura, falta gestão, falta material e querem dizer que o problema é dos médicos que não cumprem horário.

Em nota, o Simers reafirmou sua posição em relação ao Instituto Municipal Estratégia de Saúde da Família (Imesf) – outra medida polêmica. No texto, o sindicato diz que a fundação cria “mecanismos de gestão propícios a influências partidárias”, possibilita a “alienação de patrimônio público” e a sua criação desrespeitaria à Constituição

## ZERO HORA

### Situação do Luterano atrasará reabertura

Hospital de Clínicas se surpreendeu com reformas necessárias no prédio. Ao contrário do que se pensava, não será simples a reforma necessária no prédio de oito andares do antigo Hospital Luterano, incorporado pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA). A instituição afirma que, após o recebimento das chaves, que ocorreu no dia 18, foi constatado uma série de problemas, em especial na parte interna da construção, no mobiliário e nos equipamentos.

Salas alagadas, móveis depredados e equipamentos abandonados fazem parte da realidade que o órgão constatou no edifício do número 400 da Rua Professor Álvaro Alvim, bairro Rio Branco, na Capital. Por isso, o trabalho que se iniciou com a realização do inventário pelo setor de patrimônio e que entregará à comunidade gaúcha em torno de 120 leitos não deve ser tarefa fácil e rápida. De acordo com o presidente do HCPA, Amarílio Vieira de Macedo Neto, apesar da boa estrutura e da área física, as deteriorações encontradas não possibilitarão a abertura nos próximos meses.— Não estamos falando em colocar pacientes no primeiro semestre. Seria mais correto imaginar alguma coisa por volta de setembro. Tem muita coisa para ser feita – ressalta.

Conforme Macedo Neto, a ideia é levar para o Luterano o conceito do Clínicas, um hospital universitário, que faz pesquisa enquanto se pratica assistência. É como se parte do hospital localizado na Rua Ramiro Barcelos também atendesse em outro local. A estrutura será centralizada, como a administração e os setores jurídico e de recursos humanos. No entanto, a unidade terá um diretor médico responsável. O presidente da entidade afirma que, quando os pacientes chegarem, encontrarão um prédio pintado nas cores do HCPA, com sua logomarca, e a equipe vestindo o mesmo uniforme.

Mas não será um hospital geral. Dos cerca de 120 leitos, 40 devem ser destinados à emergência – uma das carências da saúde no Estado – e outros 40, a um projeto que atenderá pacientes viciados em álcool e outras drogas. Essas serão as duas áreas que vão inaugurar os atendimentos no Hospital de Clínicas de Porto Alegre – Unidade Álvaro Alvim, como ele será chamado.

Ex-diretor da Ulbra Saúde, Jorge Alberto Zanatta afirmou que sempre destacou a necessidade de reforma nas instalações para a reabertura do Luterano. Hoje desligado da instituição, ele acredita que a Ulbra teria condições de abrir o Luterano em 90 dias por já ter uma equipe formada

ZERO HORA

## Globo e Estadão lideram ofensiva contra as centrais sindicais

A reação das centrais sindicais ao valor do salário mínimo proposto pelo governo, não correção da tabela do IR dos assalariados e elevação das taxas de juros pelo Banco Central motivou comentários venenosos da mídia hegemônica, que revela uma atávica ojeriza às lutas e aos representantes da classe trabalhadora.

Por Umberto Martins

Na quarta-feira (19), ao comentar na rádio CBN (das Organizações Globo) as manifestações, pacíficas, realizadas no dia anterior pelo movimento sindical em 20 Estados por um salário mínimo de 580 reais, a jornalista Lúcio Hipólito (tucana de carteirinha e famosa pela análise embriagada e surrealista que fez sobre Lula e o Plano Nacional de Direito Humanos), acusou os líderes sindicais de truculentos, disse que estavam ameaçando a presidente e colocando o governo numa situação constrangedora. Centrais ameaçam Dilma?

No mesmo diapasão, o jornal “O Estado de São Paulo”, porta-voz das forças conservadoras que na campanha presidencial teve a coragem de declarar abertamente seu apoio a José Serra, dedica seu principal editorial da edição desta quinta-feira (20) ao tema. O título é altamente sugestivo do conteúdo do texto: “As centrais ameaçam

Dilma”.

Mas, afinal, onde está a ameaça? Rezem os costumes, leis e regras da democracia, e mesmo do bom senso, que é sagrado o direito do povo protestar de forma pacífica e levantar suas bandeiras, que em geral têm caráter progressista, nas praças, ruas e avenidas.

Isto nunca constituiu ameaça alguma a governos democráticos (como é o caso), muito embora as classes dominantes se incomodem diante de toda e qualquer manifestação dos trabalhadores, conscientes de que seus interesses estão quase sempre em contradição e choque com os do povo. E é este efetivamente o caso.

A hilariante e o carrancudo

Tanto a hilariante Hipólito como o carrancudo “Estadão” pinçaram algumas declarações mais enérgicas dos sindicalistas contra a atual política econômica (e seus juros altos, ajuste fiscal e câmbio flutuante), proferidas no calor da manifestação realizada terça-feira (18) em São Paulo (na Avenida Paulista), para incompatibilizá-los com a presidente. Quem não está informado sobre o tema é induzido a julgar que o jornalão da família Mesquita apoiou Dilma e os sindicalistas ficaram na oposição durante a campanha presidencial de 2010.

Ao longo da história brasileira, a direita e sua mídia nunca foram tolerantes com os movimentos sociais. Aparentemente, sentem a terra tremer sob seus pés quando se tem notícia de mobilização popular. Deram o golpe em 64 jurando que estavam destruindo a “república sindicalista” e só não repetiram o feito em 2005, durante o governo Lula, porque as condições eram outras e não lograram reeditar a sombria marcha da família com deus pela liberdade.

Valorização do trabalho e desenvolvimento

Mais que legítima e democrática, a manifestação do movimento sindical é orientada por uma causa justa, popular e progressista, identificada com os anseios nacionais traduzidos nos resultados do pleito presidencial de 2010, que rechaçaram a candidatura neoliberal de José Serra, apoiada pelo “Estadão” e pela hilariante Hipólito.

A valorização do salário mínimo não é uma ameaça para o Brasil, muito pelo contrário, está em sintonia com o projeto (defendido pelos sindicalistas) de desenvolvimento nacional com distribuição de renda. O mesmo se pode dizer em relação à correção da tabela do Imposto de Renda dos assalariados, a redução da jornada de trabalho e outras bandeiras.

Ao se analisar com isenção a evolução da economia durante os governos Lula, especialmente no segundo mandato, não é difícil enxergar os efeitos positivos da valorização do trabalho para o desenvolvimento nacional. O aumento real concedido ao salário mínimo, em particular, é apontado por muitos economistas como o grande atenuante da crise mundial do capitalismo. As exportações desabaram, mas o mercado interno, fortalecido pelo consumo acrescido dos trabalhadores e trabalhadoras, limitou os efeitos da recessão e assegurou uma rápida saída da crise.

Na contramão dos interesses nacionais

Os movimentos sociais, e as maiores centrais (sem exceção), apoiaram Dilma na expectativa de novas e maiores mudanças. Levantaram a bandeira do novo projeto nacional com soberania e valorização do trabalho e demonstram coerência com seus princípios ao mobilizar os trabalhadores em defesa das suas reivindicações e dos interesses maiores da nação, que não se realizam sem crescimento e justiça social e nem são compatíveis com a ideologia e a política neoliberais.

A verdadeira ameaça ao governo Dilma não provém das centrais sindicais, mas da velha direita, amarrada aos interesses da oligarquia financeira, que não esconde seu horror diante do protagonismo político da classe trabalhadora e insiste em demonizar e

criminalizar as lutas sociais. Trata-se de uma oligarquia reacionária que caminha na contramão dos interesses nacionais.

Os representantes desta direita foram derrotados no pleito presidencial, mas querem manter o governo refém do capital financeiro, nacional e internacional, aprisionado a uma política econômica de viés neoliberal que, em passado recente, condenou a economia nacional a mais de duas décadas de estagnação. Aí é que reside o perigo, daí emana ameaça que ronda o governo Dilma e que pode levar ao estrangulamento da esperança de mudanças que alimenta o imaginário do povo brasileiro e as lutas dos movimentos sociais.

NPC

### Incêndio atinge a Lanxess (ex-Petroflex)

Não houve feridos pois não havia gente trabalhando no local

Por meio de sua assessoria de imprensa, a empresa Lanxess (ex-Petroflex) informou agora há pouco que a produção da indústria de borracha sintética, localizada no Cabo de Santo Agostinho, ficará suspensa até a apuração das causas do incêndio ocorrido no início da noite.

O trabalho será realizado por uma equipe de cerca de 20 pessoas que compõem a brigada de incêndio, junto com o Corpo de Bombeiros. Não há como dizer agora, informam.

A empresa informou que não há feridos porque não havia gente trabalhando no local onde o fogo começou.

De acordo com a empresa, o fogo teve origem em um setor conhecido como Reação, onde são misturados os compostos do produto.

As informações foram repassadas pelo assessor de comunicação do grupo em São Paulo, Jeferson Fernandes.

COMO ACONTECEU - A brigada de incêndio da Petroflex, com a ajuda de guarnições do Corpo de Bombeiros, conseguiu debelar a maior parte do incêndio nas instalações da empresa, localizada na entrada do Cabo de Santo Agostinho. Até as 22h, ainda havia fogo nas instalações da empresa. Não se sabe onde o fogo começou, as causas, nem os setores atingidos.

A própria população acionou o corpo de bombeiros.

O setor de comunicação do Corpo de Bombeiros informou que houve uma grande explosão e depois começou o incêndio, no início da noite. Quatro unidades dos Bombeiros foram enviadas para combater o fogo no local.

As labaredas chamavam a atenção das pessoas que passam pela BR 101, na entrada do Cabo.

Acionado por populares, o diretor de Patrimônio de Suape, Inaldo Campelo, foi uma das pessoas que ligou para o corpo de bombeiros. De imediato, foram acionadas as quatro unidades de combate à incêndio de Suape.

PORTAL PINZON

### E o paciente, senhores?

O que se viu até aqui no embate entre o prefeito José Fortunati e o Sindicato Médico é nada perto do que está por vir. Com maioria na Câmara, o prefeito deve conseguir aprovar a criação do Instituto Municipal Estratégia de Saúde da Família, a fundação contestada pelos médicos e rejeitada pelo Conselho Municipal de Saúde. Faltam argumentos sólidos aos adversários da proposta de criação da fundação para convencer a população em geral e os vereadores em particular de que o prefeito está cometendo uma heresia.

A fundação não é panaceia para os problemas do SUS, mas nada indica que seja o caminho para o caos, a não ser que os médicos resolvam promover um boicote. Fortunati mexeu num vespeiro. Nunca antes um prefeito demonstrou disposição para enfrentar um problema crônico do sistema: o não cumprimento de horário por boa parte dos médicos. Quando João Verle tentou, o resultado foi a queda do secretário Joaquim Kliemann. Agora, o Simers diz que não se opõe à adoção do ponto eletrônico e garante que os médicos cumprem o horário. Nem todos, como atestam depoimentos de funcionários de postos e hospitais.

Por justiça é preciso registrar que há médicos abnegados, que cumprem o horário previsto nos contratos e dão o melhor de si no atendimento aos pacientes, mas há também os que tratam o trabalho para a prefeitura como bico. Fortunati diz que quer evitar “as consultas de cinco minutos” e os casos em que o médico mal olha para o paciente.

É comum os médicos trabalharem em vários lugares para compor a renda mensal, mas os arranjos de horário não podem ser feitos com prejuízo aos usuários do SUS. O Rio Grande do Sul tem prefeituras que pagam salários razoáveis, mas exigem dedicação exclusiva, e por isso acabam perdendo os profissionais concursados depois de certo tempo

ZERO HORA

### Planos de saúde, usuários e médicos, por Fernando Weber Matos\*

Em pesquisa nacional encomendada pela Associação Paulista de Medicina e pela Associação Médica Brasileira, com apoio do Conselho Federal de Medicina, ficou claro que as operadoras, planos e seguros de saúde não gozam de bom conceito junto à população e aos médicos. Os médicos atribuem, em média, nota cinco aos convênios, numa escala de zero a 10.

Os médicos (92%) denunciam que sofrem sempre algum tipo de interferência em seu trabalho. As principais são a glosa de procedimentos e tratamentos (78%), limitação de exames e procedimentos (75%), restrição ao tratamento de doenças preexistentes (70%) e restrição dos auditores a exames e procedimentos clínicos e cirúrgicos (70%).

Estas interferências são antiéticas. Os médicos devem denunciá-las à população, Conselhos de Medicina e gestores públicos, pois ferem o Código de Ética Médica, o conjunto de leis que regulamenta o trabalho médico. São ações que atingem a autonomia do livre exercício da medicina e colocam em risco a saúde e a vida dos pacientes usuários dos convênios de saúde, pois negam condições adequadas para uma assistência médica de qualidade.

É preciso ressaltar que esses planos privados praticam preços inacessíveis à imensa maioria da população, que acaba dependendo exclusivamente do SUS. Os honorários médicos são aviltantes. Não há reajustes dignos e reais há mais de 10 anos, resultando em perdas significativas na remuneração. É necessário restabelecer com urgência os critérios de reposição de honorários médicos, que devem ser regulados pela Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM-2010).

A saúde suplementar, planos e seguros foram criados para diminuir a procura de serviços estatais. Se as normas fossem obedecidas, isto de fato acabaria ocorrendo.

Infelizmente, não é o que acontece, devido às restrições impostas pelos convênios ao trabalho médico.

Os órgãos governamentais, Ministério da Saúde e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que deveriam controlar a medicina suplementar e defender o cidadão que desonera o SUS pagando por sua própria assistência médica, são inexplicavelmente omissos. Não defendem o cidadão, o trabalho médico ou a qualidade

de atendimento.

O pior, no entanto, é que a relação da ANS é tendenciosa e sempre a favor das operadoras de saúde. O objetivo dos convênios sempre será comercial, reduzindo custos, mesmo que isto provoque prejuízos irreparáveis aos usuários e médicos. Os dados da pesquisa podem ser encontrados no site [www.apm.org.br](http://www.apm.org.br). Verifique ali para saber quais os planos no Rio Grande do Sul que não cumprem com as obrigações contratuais pelas quais você paga mensalmente.

\*Presidente do Cremers

ZERO HORA

### Governo admite correção de 4,5%

O governo federal aceita corrigir a tabela do Imposto de Renda em 4,5%, disse ontem o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho. A intenção é fazer o reajuste com base no centro da meta de inflação, de 4,5%, em vez do aumento do índice de preços – que em 2010 foi de 5,91%.

Integrantes do governo e de centrais sindicais se reuniram ontem para discutir o reajuste do salário mínimo e a correção da tabela do Imposto de Renda (IR). A correção de 4,5%, porém, não foi apresentada como proposta durante o encontro.

O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, disse que os representantes de trabalhadores propuseram ao governo uma regra para garantir a correção da tabela ao longo dos próximos quatro anos. O governo ficou de analisar a ideia.

No encontro, não houve acordo sobre a correção do IR ou sobre o salário mínimo. Nova reunião está marcada para 2 de fevereiro.

ZERO HORA

### R\$ 10 milhões para reabertura de leitos do Luterano

Hospital de Clínicas tem 70% do valor necessário para reformas e compras de equipamentos

Ao apresentar as condições do antigo Hospital Luterano ontem, a direção do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) informou que precisará investir R\$ 10 milhões para a reabertura da unidade. O montante será gasto com a reforma do prédio localizado na Rua Álvaro Alvim, no bairro Rio Branco, e com a aquisição de equipamentos para o atendimento médico.

Do valor necessário para a reabertura do hospital (R\$ 3 milhões para a reforma e R\$ 7 milhões em equipamentos), 70% já foram repassados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), vinculada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O restante deve vir de financiamento do governo federal e de recursos próprios da instituição, ligada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Para o funcionamento do Hospital de Clínicas – Unidade Álvaro Alvim a partir de setembro, será preciso contratar 400 funcionários. Para as funções que já têm cadastro de reserva, serão chamados os aprovados no último processo seletivo do Clínicas.

Outras vagas serão preenchidas por meio de novo concurso.

A Unidade Álvaro Alvim, que fica a 1,5 quilômetro de distância do Clínicas, oferecerá inicialmente 80 leitos (40 para dependentes de álcool e drogas e 40 para internações de pacientes da emergência). Em 2012, mais 42 leitos devem ser oferecidos à população, em diversas especialidades. Na primeira etapa, o custo do funcionamento da instituição é estimado em R\$ 300 mil por mês. O valor aumentará à medida que o número de leitos passar a 122

ZERO HORA

## Entidades criticam criação de fundação

Um plenário da Câmara de Vereadores de Porto Alegre lotado marcou a posição de todas as entidades contrárias à criação do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (Imesf). Promovido pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), o Fórum Não à Fundação no SUS reuniu mais de 400 pessoas para discutir outras alternativas à saúde pública na Capital.

Para o Simers, mais investimentos e uma gestão qualificada podem resolver a questão. O evento contou com detalhamento do funcionamento de um modelo de fundação e mostrou o exemplo de Belo Horizonte. A médica e professora que implantou o programa na capital mineira, Sônia Gesteira, explicou que existem 537 equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF), com servidores de carreira e sem fundação.

Para o presidente da entidade, Paulo de Argollo Mendes, o fórum serviu para demonstrar que a maioria da sociedade é contrária à criação do Imesf:– Houve uma intensa manifestação das pessoas cobrando que os vereadores votem de acordo com o que pensa a população. O povo vê com clareza que não há conflito entre o sindicato e a prefeitura e que criar uma fundação não é a melhor medida. É impossível aprovar o projeto sem ferir a lei orgânica do município e a Constituição.

Único a se manifestar favoravelmente ao instituto no evento, o líder do governo na Câmara, vereador João Dib (PP), afirmou que a posição da prefeitura não muda.– O governo mantém a intenção de aprovar o projeto. A professora que veio de Belo Horizonte em nenhum momento disse que não irá funcionar, apenas mostrou como é a realidade lá. A nossa posição é de que o projeto vem para melhorar a saúde em Porto Alegre.

A discussão sobre o Imesf terá continuidade na próxima quinta-feira, quando o legislativo da Capital promoverá uma audiência pública, às 18h30min.

A fundação

- O projeto prevê a criação do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família (Imesf), com atuação exclusiva no Programa de Saúde da Família (PSF)
- Na proposta está a contratação de 1.386 funcionários e a criação de quatro cargos em comissão
- A previsão é de ampliação do PSF de 86 para 140 equipes
- A iniciativa causou polêmica ao prever que uma fundação pública possa contratar funcionários celetistas (sem a estabilidade de emprego dos servidores públicos)

COMO É HOJE

- Com exceção dos agentes de saúde, profissionais que atuam no PSF como médicos, enfermeiros e dentistas são contratados pela Fundação Instituto de Cardiologia.
- A prefeitura repassa cerca de R\$ 3 milhões mensais à fundação para pagamento de pessoal
- Os agentes têm contrato temporário direto com a Secretaria Municipal da Saúde
- A população atendida hoje pelo PSF é de cerca de 400 mil pessoas

A TRAMITAÇÃO

- Em 6 de janeiro, o projeto de lei foi rejeitado pelo Conselho Municipal de Saúde. A decisão não impede que o projeto seja apreciado na Câmara de Vereadores
- O projeto deverá ser votado em fevereiro

ZERO HORA

## Correios adiam publicação do edital do concurso público

Estatal garante que prova deve ser feita ainda no primeiro semestre de 2011

A publicação do edital para o concurso público dos Correios, que deveria ter sido feita na última segunda-feira, foi adiada porque a contratação da empresa que fará a seleção ainda não foi concretizada. Não há previsão sobre quando o edital circulará, mas os Correios reafirmaram, em nota, o compromisso de fazer o concurso ainda no primeiro semestre do ano.

A prova de seleção, que deveria ter ocorrido no dia 28 de novembro, foi cancelada pelos Correios depois que uma decisão da Justiça Federal anulou o processo de contratação da Fundação Cesgranrio, responsável pelo certame. Segundo a estatal, o cancelamento se deu pela necessidade de atualizar a distribuição das vagas por localidades, em função do tempo decorrido desde a publicação do edital original, em dezembro de 2009.

Mais de 1 milhão de pessoas se inscreveram para participar do concurso, que foi revogado para vagas de nível médio e superior, com salários que variam entre R\$ 703 e R\$ 3,7 mil

CORREIO DO POVO

### Gestão da saúde em debate

Fórum na Câmara reuniu entidades contrárias à criação de fundação pública de direito privado

Vereadores, médicos, representantes de conselhos e entidades, além de membros da comunidade porto-alegrense, estiveram reunidos ontem no plenário da Câmara Municipal para discutirem sobre a criação de uma fundação pública de direito privado para gerenciar a rede integrada de serviços de saúde na Capital. Com galerias lotadas, o plenário foi palco de manifestações predominantemente contrárias ao projeto de lei do Executivo municipal.

O seminário conduzido pelo presidente do Sindicato Médico do RS (Simers), Paulo de Argollo Mendes, teve a participação de dois palestrantes. A primeira fala, do professor da Universidade Estadual (Uergs) Aragon Dasso Junior, especialista em Gestão Pública, foi dedicada à análise teórica sobre o modelo de gestão pública de direito privado. Para Dasso Junior, o modelo representa uma forma "dissimulada" de privatização e pode acarretar o "desmonte" do SUS na Capital, contrário aos avanços conquistados pela gestão municipalizada.

O professor expressou o temor de que a alienação da empresa pública e a redução da participação do Estado possam "estimular a corrupção na instituição pública de direito privado, além de proporcionar o eventual descumprimento da determinação constitucional do direito à saúde".

Na segunda palestra, a médica Sônia Gesteira e Matos, gestora pública em Belo Horizonte, comentou a experiência de melhorias na saúde dentro do modelo público tradicional de gestão. Segundo ela, mais investimentos e mais profissionais capacitados e dotados de boa estrutura para o trabalho é que vão construir melhores resultados e qualidade de atendimento.

O vereador João Dib, líder governista no Legislativo, presente ao fórum de ontem, acredita que a criação da fundação trará avanços ao processo. Ele citou Carris, EPTC e Procempa como exemplos bem-sucedidos desse modelo de gestão.

Segundo o substituto da Secretaria Municipal da Saúde, Marcelo Bósio, a proposta permitirá a ampliação no número de postos de saúde, que passarão de 86 para 140, e a contratação de mais profissionais. Ele destacou ainda que uma das grandes vantagens é o fim da terceirização.

O debate seguirá com a audiência pública marcada para o dia 3 de fevereiro, às 18h30min, na Câmara. No encontro, será discutida a integralidade da proposta da prefeitura

## CORREIO DO POVO

### Mudança agrada a secretários

A Associação dos Secretários Municipais da Saúde do RS é favorável à criação de uma fundação estatal, mas de direito privado, para gerir políticas da área. Conforme o presidente da associação, Arilson Cardoso, essa é, para o conjunto dos associados, a forma mais adequada a fim de acabar com a "precariedade" da saúde. "É alternativa para favorecer contratações, sem ferir a lei de responsabilidade fiscal, que limita os municípios." Para o dirigente, não se trata de privatização nem de terceirização. A ideia, segundo ele, é permitir agilidade na definição e na execução das políticas.

"A fundação ficaria sob controle do poder público e aberta aos conselhos de saúde, além da contratação de servidores por concurso público, dentro do regime da CLT", explicou Cardoso. O presidente citou experiências já feitas, como em Novo Hamburgo. Também lembrou a Bahia, onde, entre outros pontos, se conseguiu, por meio de incentivos, levar profissionais para os locais mais distantes daquele estado

CORREIO DO POVO

### Reunião entre governo e centrais termina sem acordo

Agência Brasil

Terminou sem avanços a primeira reunião entre o governo e as centrais sindicais para negociar o reajuste do salário mínimo. A proposta apresentada hoje pelo secretário-geral da Presidência da República, ministro Gilberto Carvalho, foi de R\$ 545 para o mínimo e mais 80% do índice de reajuste do mínimo para o aumento dos aposentados.

As centrais sindicais defendem salário mínimo de R\$ 580, além de 10% de reajuste para os aposentados e mais a correção da inflação na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

Para Gilberto Carvalho, o mais importante é que o governo está mantendo a política de valorização do salário mínimo e não pode abrir precedentes de quebra do acordo com as centrais para reajustar o valor de acordo com a inflação do ano anterior mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes.

Além disso, diz o ministro, o governo cumprirá o acordo também no próximo ano, quando o reajuste poderá chegar a 13%. "Nós já sabemos que, no ano que vem, teremos um aumento importante, que poderá chegar a 12%, 13%. Portanto, nós colocamos para as centrais sindicais a inconveniência de quebrar esse acordo agora", afirmou o ministro, após a reunião.

Mesmo sem avanço nas propostas do governo, os sindicalistas disseram ter saído satisfeitos com a instalação da mesa de negociações e o agendamento de um novo encontro na próxima quarta-feira (2).

"Nenhum de nós estava esperando chegar aqui e sair com tudo resolvido. Reclamamos porque não estávamos sendo recebidos pelo governo. Agora temos a garantia de que, em qualquer coisa que diga respeito aos trabalhadores do Brasil, serão ouvidas as centrais sindicais. Isso é uma coisa que conseguimos com o governo Lula e não tínhamos garantia no governo Dilma", afirmou o presidente da Força Sindical e deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP).

Mas, apesar da continuidade das negociações, o presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, admitiu que o governo deverá endurecer o discurso com relação ao aumento do mínimo. Segundo ele, Gilberto Carvalho sinalizou que o assunto poderá ficar para o Congresso Nacional, no momento de votar a medida provisória que trata do reajuste. "É uma possibilidade. Não tendo acordo, vai para o

Congresso. Estou sentindo que o governo vai ser muito duro na negociação", admitiu o sindicalista.

Sobre a correção da tabela do IRPF, contudo, o governo poderá ser mais flexível. A proposta de Carvalho é corrigir a tabela de acordo com a meta de inflação, que é de 4,5%. Ele admitiu, no entanto, que a negociação poderá avançar mais se for desvinculada da discussão do salário mínimo.

"Nós não queremos vincular as duas coisas para não dar a impressão de que estamos fazendo uma troca. Vamos retomar as negociações do mínimo e do Imposto de Renda na próxima semana, mas eticamente não queremos passar a impressão de 'toma lá, dá cá'", ressaltou o ministro

JORNAL DO COMERCIO

### Reivindicações salariais são legítimas, mas é preciso pé na realidade, diz ministra

Agência Brasil

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, avaliou nesta quarta-feira (26) como legítimas as reivindicações salariais pleiteadas por servidores do Judiciário. Ela afirmou, entretanto, que é preciso ter "um pé na realidade".

"O Judiciário já tem um salário superior ao do Executivo, por exemplo. Me parece um tanto salgada (a proposta de reajuste) para as contas públicas. Vamos continuar discutindo", disse, ao participar de entrevista durante o programa 3 a 1, da TV Brasil.

Na terça-feira (25), técnicos do Supremo Tribunal Federal (STF) afirmaram que, diferentemente do que vem sendo divulgado, o aumento almejado não é de 56% e, sim, de 31%.

Miriam já havia dito que o aumento de 56% demandado para os servidores do Judiciário seria "bastante significativo". Seu antecessor, Paulo Bernardo, atual ministro das Comunicações, chegou a classificar o pedido de "delirante".

JORNAL DO COMERCIO

### Polícia vai apurar morte de presidente do TJ-SP

Antonio Carlos Viana Santos morreu ontem

A Polícia Civil de São Paulo abriu um inquérito para investigar a morte do desembargador Antonio Carlos Viana Santos, presidente do TJ (Tribunal de Justiça) de São Paulo. Santos morreu na madrugada de ontem, aos 68 anos, em sua casa.

O delegado-geral da Polícia Civil de São Paulo, Marcos Carneiro Lima, informou que o corpo de Santos foi submetido à autópsia "por cautela, em razão do cargo".

Segundo a assessoria do TJ, na semana passada o desembargador esteve internado no InCor (Instituto do Coração). Ele sofria de diabetes.

Segundo Lima, é "um inquérito policial que versa sobre morte suspeita, no sentido genérico, porque ficou a suspeição de forma vaga, apenas para que não haja questionamentos futuros".

Segundo Carneiro, o médico do desembargador recomendou a realização da autópsia. A casa de Santos passou por uma vistoria da polícia e nenhuma irregularidade foi encontrada no local, segundo o delegado-geral.

"Tudo indica que foi uma morte natural, mas somente por um laudo mais apurado não haverá dúvidas sobre o que aconteceu", disse.

De acordo com Lima, não há suspeitos de uma eventual participação na morte do desembargador. "Há apenas uma precaução em razão da função que ele [Santos] exerceu", afirmou.

O rumo do inquérito será dado pelo resultado da autópsia, segundo Lima. "Se o laudo vier com um indicativo de que algo causou a morte, aí a investigação terá desdobramentos", declarou.

O TJ suspendeu o expediente judiciário das 13h de ontem até as 13h de hoje.

A corte paulista decretou a suspensão dos prazos processuais nos dias 26 e 27.

Com a morte de Santos, cujo mandato iria até o final deste ano, o tribunal convocará novas eleições para a presidência da corte. O cargo foi assumido provisoriamente pelo desembargador Antonio Luiz Reis Kuntz.

Santos se formou em 1965 na Faculdade de Direito da USP e ingressou na magistratura em 1969. Foi promovido a desembargador em 1988 e assumiu a presidência do TJ no início de 2010.

Santos será sepultado às 9h de hoje no Cemitério Gethsêmani, na capital.

FOLHA DE SP

### Governo e centrais não chegam a acordo sobre salário mínimo

Planalto diz que não aceita conceder mais do que R\$ 545, mas acena com correção do Imposto de Renda em 4,5%

Sindicalistas ainda defendem os R\$ 580, mas admitem que o governo não deve aceitar mais de R\$ 550

O governo manteve posição fechada ontem, em reunião com as centrais sindicais, de um salário mínimo de R\$ 545 em 2011, "sem espaço para demagogias", mas acenou com a tendência de corrigir a tabela do Imposto de Renda na Fonte em 4,5% -núcleo da meta de inflação.

A informação foi passada ontem à imprensa pelo ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral), após o encontro de cerca de duas horas com os sindicalistas, no Palácio do Planalto, que terminou em impasse.

O índice do reajuste da tabela do Imposto de Renda é inferior à demanda das centrais - elas exigem 6,46%-, que representa a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) no ano passado.

Ao afirmar que "essa é a tendência" do governo sobre a correção da tabela, Carvalho ressaltou que o governo não vai vincular um eventual ajuste no imposto à negociação sobre o aumento do salário mínimo. "O governo nunca falou em trocar uma coisa pela outra", disse.

Neste ponto, o governo manteve a proposta de R\$ 545, mas deixou indicado, segundo representantes das centrais, que o Congresso poderá ser o fórum para a discussão do valor final.

A proposta a ser enviada pelo governo ao Congresso será de R\$ 545, de acordo com o ministro.

O governo está amparado no cumprimento de acordo firmado com as centrais em 2007, pelo qual o reajuste do salário mínimo seria calculado sempre pela variação do PIB de dois anos antes, mais a variação da inflação do ano anterior.

Com o impacto da crise econômica de 2008 no PIB de 2009, o aumento previsto para este ano ficou aquém do que desejavam as centrais.

"Esse é um governo que cumpre acordos", afirmou Carvalho, usando o argumento central do governo para não ceder na questão do salário mínimo.

O governo também se comprometeu a enviar para o Congresso uma medida provisória formalizando a regra atual de reajuste até 2015.

NOVA REUNIÃO

Ao final da reunião, da qual também participaram o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, e o ministro Carlos Lupi (Trabalho), os sindicalistas

mantiveram a defesa dos R\$ 580, mas reconheceram reservadamente que o governo dificilmente passará de R\$ 550. E devem aceitar este número final.

As centrais estão dispostas, inclusive, a descontar o aumento adicional do reajuste previsto para 2012, que deve ficar entre 12% e 13%.

O terceiro de ponto de reivindicação dos sindicalistas -o aumento de 10% para os aposentados- acabou ficando em segundo plano na discussão de ontem.

Uma nova reunião foi marcada para a próxima quarta-feira, dia 2, já na esteira do resultado das eleições para as presidências da Câmara e do Senado.

No topo da pauta, segundo os representantes das centrais, estará justamente a discussão sobre a correção da tabela do IR, que os sindicalistas já encaram como o ponto mais viável de negociação com o governo

FOLHA DE SP

### Sindicalistas querem testar a resistência do novo governo

Após oito anos acumulando conquistas sobre o Planalto, as centrais sindicais agora testam Dilma Rousseff.

Foi sob Lula que o movimento sindical conseguiu engavetar as reformas trabalhista e da Previdência (setor privado), criar uma política de reajuste para o salário mínimo e obter, aqui e ali, aumento real para as aposentadorias acima do piso salarial.

Também foi o presidente sindicalista que garantiu às centrais correções sucessivas na tabela do IR. Os momentos de embate foram poucos.

Mas o Executivo foi leniente, e as greves proliferaram no funcionalismo até o STF decidir que as regras para paralisação em empresas privadas também eram aplicáveis à administração pública.

No placar favorável, as centrais ainda contabilizaram o estímulo ao crédito com desconto em folha e os consequentes ganhos do crescimento econômico, com recordes de contratação no mercado de trabalho formal e marcas históricas na arrecadação do imposto sindical.

Os sindicalistas combateram, com o aval de Lula, as tentativas de acabar com a rentável contribuição -antes uma bandeira cara à CUT.

Vetaram ainda os planos da área econômica para desonerar a folha de pagamento das empresas, pregando que a iniciativa daria mais decibéis ao coro por mudanças na Previdência devido ao rombo nas contas do INSS.

A lista de êxitos é longa, e a conclusão, objetiva: não houve disputa em que os sindicatos saíssem de mãos vazias. Agora, querem sentir o pulso (de ferro?) da presidente. Dilma se sentiu incomodada com as queixas de sindicalistas sobre a falta de diálogo do governo sobre o reajuste do salário mínimo. Abriu negociação. A ordem é não ceder e deixar para fazer concessões no Congresso.

As centrais vão continuar a pressionar por um piso de R\$ 580, mas nos bastidores admitem um ganho menor para levar em troca a correção da tabela do IR. Discursos à parte, é aí, e não no aumento do mínimo, que a categoria sentirá no próprio bolso o tom do novo governo.

FOLHA DE SP

### Juiz indeniza vencedor de troféu tartaruga

Funcionário se sentiu ofendido com o "prêmio" e foi à Justiça; empresa afirma que objetivo era "motivacional"

Ex-vendedor diz que recebeu cinco troféus por não cumprir metas semanais; indústria já recorreu da decisão

Uma indústria de bebidas de Mato Grosso, franqueada da Coca-Cola, foi condenada

pela Justiça do Trabalho a indenizar em R\$ 80 mil um ex-funcionário que recebeu por cinco vezes os troféus "tartaruga" e "lanterna".

As "honorarias" eram concedidas pela Renosa Indústria de Bebidas S/A aos vendedores com os piores resultados semanais, e entregues diante de outros funcionários. À Justiça a empresa disse que o objetivo do prêmio era "motivar" os vendedores.

O ex-funcionário, Ivaldo Vicente da Silva, afirmou à Justiça que se sentia humilhado a cada vez que era obrigado a receber o troféu. O fato, segundo ele, era motivo de chacota entre os colegas.

"Alguns gritavam e tiravam sarro, chamando o vencedor de lanterninha ou segunda divisão. O troféu ficava sobre a mesa durante a semana e o "vencedor" o levava consigo para as reuniões", disse, na ação.

Silva trabalhou na Renosa de fevereiro de 1998 até janeiro de 2009, quando foi dispensado. No período, passou de repositor a coordenador de vendas na empresa.

As premiações ocorreram de novembro de 2006 a abril de 2008, segundo ele. A empresa diz, porém, que as premiações não se estenderam por mais de 60 dias.

Para o juiz José Roberto Gomes Junior, que condenou a empresa a pagar a indenização, Silva foi vítima de um "mal moderno das relações de trabalho".

"Certas empresas tentam aumentar as vendas à custa de submissão de seus empregados a tratamento humilhante", disse na decisão.

"Sob vestes de brincadeira o que se quer mesmo é envergonhar o empregado pelo desempenho insuficiente."

A Renosa afirmou, por meio de advogado, que não concorda com a decisão e que já recorreu ao TRT.

FOLHA DE SP

### Denúncias de arbitragem que prejudicam trabalhadores na mira do MPT

Prática ainda utilizada por diversas empresas, o uso de tribunal arbitral em causas trabalhistas individuais está na mira do Ministério Público do Trabalho da 2ª Região (MPT-2), que abrange a capital e a Grande São Paulo, litoral e Grande ABCD.

Ao perceber o grande número de denúncias de arbitragem prejudicando os trabalhadores, o órgão faz campanha contra a homologação e rescisão trabalhista nas câmaras, atos que só podem ser feitos em sindicatos da categoria ou no Ministério do Trabalho e Emprego.

Só em 2010, segundo dados do MPT-2, foram 43 procedimentos autuados no órgão, entre denúncias de trabalhadores e investigações. Desde 2005, foram 235 autuações. Este ano já são dois procedimentos instaurados.

Também desde 2005 foram ajuizadas 19 ações civis públicas (só em 2010, foram oito processos) e firmados 40 termos de ajuste de conduta (TACs) para cessar a prática - 11 no ano passado. No período, houve duas ações de execução, uma em 2005 e outra em 2006, quando a empresa assinou o TAC e não o cumpriu.

De acordo com a procuradora do Trabalho Celia Regina Camachi Stander, a arbitragem para direitos trabalhistas, na grande maioria das vezes, não é um caso individual, e sim uma prática gerencial a se estender no tempo. "Ela afeta não só o trabalhador que fez a denúncia, mas todos os demais que prestam serviço na empresa", afirma a procuradora, em entrevista exclusiva ao DCI.

"A prática ao longo do tempo, abrangendo os atuais e futuros empregados, caracteriza lesão de âmbito coletivo. Isso leva à instauração de inquérito civil, à propositura do TAC, hoje um dos principais instrumentos do MPT. Não sendo celebrado o acordo, a outra opção é a ação civil pública, para se exigir a regularização da conduta e a reparação do dano moral coletivo", afirma.

O valor da indenização pedido na ação depende da gravidade do ato e do potencial econômico do ofensor e tem função pedagógica. Em um caso denunciado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo, Mogi das Cruzes e Região contra uma câmara de arbitragem o valor solicitado à Justiça foi de R\$ 100 mil. O dinheiro vai para fundos de amparo ao trabalhador ou é usado em campanhas de conscientização.

Na prática, segundo Celia Camachi, as empresas, principalmente as de pequeno porte, assinam os TACs e cessam o uso da arbitragem - o nível de descumprimento é pequeno, cerca de 20% dos TACs são descumpridos e geram uma ação de execução.

"O que não conseguimos é dissuadir as instituições de arbitragem, que lucram com isso. É comum o ajuizamento de ação civil pública contra elas, que se recusam a deixar de fazer a arbitragem de direitos trabalhistas", diz. A Justiça também tem deferido os pedidos de dano moral coletivo.

A procuradora aponta que o uso da arbitragem em causas trabalhistas individuais muitas vezes vem acompanhado de outras fraudes com o objetivo de encobrir relações trabalhistas em atos civis. "As empresas forjam contratações formalmente civilistas, mas que encobrem uma relação de emprego. Vemos falsos sócios, cooperados e contratos com pessoas jurídicas", afirma.

A fraude está em dizer que o trabalhador vai ser um cooperado, quando na verdade ele será dependente, e, além disso, ele já assina uma cláusula compromissória de arbitragem. "Ao mesmo tempo em que o empregado é enganado na forma da contratação, também na hora de reclamar os direitos que lhe foram sonegados na rescisão pode esbarrar em uma cláusula de arbitragem e ser impedido de ingressar na Justiça do trabalho", diz a procuradora.

Nos termos de rescisão das câmaras de arbitragem geralmente é expresso que os valores quitados não poderão mais ser objeto de reclamação. "A mágica fica completa: o trabalhador não só não é empregado, como também não pode reclamar", diz Célia.

Assim, em alguns casos, a Justiça extingue as ações de trabalhadores sem julgar o mérito, embora a posição majoritária seja a contrária: muitos juízes reconhecem que a arbitragem é inválida para a homologação e julgam os pedidos. Essa posição foi reforçada após entendimento do ano passado do Tribunal Superior do Trabalho (ver box).

#### Controvérsia

A procuradora explica que a arbitragem, que conta com lei própria (Lei 9.307, de 1996), é incompatível com o direito do trabalho. A prática, para ela, traz grandes benefícios na solução extrajudicial de conflitos civis, por dar rapidez e tecnicidade à questões complexas.

"Dois cachorros grandes brigando se dão bem na arbitragem. Mas quando é transportada para o direito do trabalho, já não encontra a mesma realidade: entre os dois sujeitos do contrato de trabalho há uma desigualdade de poder e vemos que a arbitragem só beneficia uma das partes".

Além disso, a Lei 9.307 fala, no artigo 1º, que a arbitragem dirime "litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis". E na relação de trabalho, os direitos são indisponíveis e irrenunciáveis. "O recebimento das verbas rescisórias não é uma coisa duvidosa, são direitos líquidos e certos", afirma Célia.

A Constituição Federal fala em arbitragem no direito do trabalho, mas apenas para dissídios coletivos, entre categorias profissionais e econômicas. "A Constituição poderia ter incluído conflitos individuais também. É um silêncio eloquente, o texto está dizendo que não é para usar".

Na arbitragem, muitas vezes uma opção viciada e em um momento de fragilidade, o trabalhador fica privado da assistência que ele teria em uma homologação no Ministério do Trabalho ou no sindicato, direito garantido no artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O comum é o trabalhador aderir à arbitragem e depois questionar na Justiça - motivo pelo qual os juízes também são grandes "denunciadores" da arbitragem. "A prática visa a desafogar a demanda no Judiciário e deve ser incentivada. Mas no direito do trabalho há o efeito contrário: o conflito é arrastado para a Justiça. O que se vê na prática é a quitação de verbas em valor inferior e parceladas", destaca a procuradora. (Fonte: Diário do Comércio)

### Projeto de lei propõe utilização do FAT na requalificação de policiais e professores

Segundo informações do portal Agência Câmara, o Projeto de Lei 7802/10, do Senado, que permite o uso de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador, fundo vinculado ao Ministério do Trabalho) na qualificação dos profissionais dos órgãos de segurança pública e da educação básica.

O projeto inclui entre as competências do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) a aprovação e o acompanhamento da execução de plano de trabalho de requalificação de policiais e professores. Pela proposta, o Codefat também poderá realizar convênios e parcerias com os estados e municípios para requalificação desses profissionais.

O FAT é um fundo especial, vinculado ao Ministério do Trabalho, destinado ao custeio do seguro-desemprego e do abono salarial e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico (estímulo à geração de empregos e fortalecimento de micro e pequenos empreendimentos).

Emenda para professores

Para o autor da proposta, ex-senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a qualificação de policiais vai beneficiar todos os trabalhadores, estando, portanto, de acordo com as finalidades do FAT. O benefício para os professores, por sua vez, foi incluído no texto por emenda do senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo, tramitação pelo qual o projeto não precisa ser votado pelo Plenário, apenas pelas comissões designadas para analisá-lo

MUNDO SINDICAL

### Jovens egípcios encabeçam a revolta, deixando líderes para trás

Milhares de egípcios desafiaram na quarta-feira a proibição expressa do governo, que havia advertido que não permitiria protestos, e voltaram a se lançar às ruas para pedir o fim do regime de Hosni Mubarak. A rede social Facebook foi novamente a ferramenta que os jovens do país empregaram para se mobilizar em várias localidades. Apenas algumas horas depois de protagonizar as maiores manifestações dos últimos 30 anos, a mensagem corria de terminal em terminal: "Filhos do Egito, tomem as ruas".

A reportagem é de Nuria Tesón, publicada pelo jornal El País e reproduzida pelo Portal Uol, 27-01-2011.

Desse modo, o grupo de oposição Jovens de 6 de Abril, um dos organizadores, animava a não perder o espírito que havia inflamado durante a jornada anterior, que denominaram "dia da ira". E assim também a juventude egípcia voltava a se situar na vanguarda da revolta, deixando para trás seus líderes políticos. O grande ausente da jornada de terça-feira foi [Mohamed El Baradei](#).

O ex-diretor da Agência Internacional de Energia Atômica defendeu desde seu regresso ao Egito, há um ano, uma corrente de oposição denominada Assembleia Nacional para a Mudança. Esse grupo, um dos promotores das manifestações de terça-feira, confirmou que o diplomata não só não participou dos protestos, os quais havia animado timidamente em seu Twitter, como nem sequer está no Egito.

Enquanto com o avanço do dia começavam a surgir pequenas explosões de protesto em diferentes partes do país, a tentativa do governo de desautorizar a revolta, argumentando que os islâmicos Irmãos Muçulmanos a estavam comandando, caía por seu próprio peso. Assim como os demais dirigentes políticos, esses ficaram em segundo plano diante da força dos egípcios comuns que seguem os jovens que defendem a mudança. Uma mudança política e carente de lemas de tom islâmico, como pretendia contaminar o regime. "Abaixo Hosni Mubarak. Abaixo Gamal Mubarak", "Povo egípcio, levanta a voz, tem o direito de falar", "Ontem éramos todos tunisianos, hoje somos todos egípcios, amanhã seremos todos livres" - foram alguns dos lemas lançados diante dos sindicatos de advogados e dos jornalistas, nas imediações dos tribunais egípcios. Mais de 500 mil pessoas protagonizaram ali confrontos com a polícia.

Alguns manifestantes lançaram pedras contra a polícia antidistúrbios do telhado de um edifício para romper o cerco que afogava os que se encontravam embaixo cortando a central rua de Ramsés. A reação policial foi contundente e a chegada de reforços levou os manifestantes a dirigir-se por ruas laterais para a praça de Tahrir, perseguidos por policiais que disparavam balas de borracha e gás lacrimogêneo. A central praça da Libertação é o símbolo a conquistar desta revolta e durante todo o dia os cidadãos haviam tentado alcançá-la sem êxito.

Houve mais de 500 detenções, que se somam às mais de 200 registradas pela Rede Árabe para a Informação de Direitos Humanos (ANHRI) na última terça-feira. Entre elas está a de um cidadão egípcio, Mark Gamal, casado com uma espanhola que se encontra em paradeiro desconhecido. A ANHRI confirmou que tem mais de 200 nomes de detidos, mas considera que o número poderia chegar a 400. Seu diretor, o advogado Gamal Eid, explicou que a maioria foi detida durante a noite nos confrontos que ocorreram na citada praça e em perseguições por todo o centro do Cairo.

"Muitos deles foram golpeados e torturados. Alguns feridos foram sequestrados dos hospitais e levados para dois campos de detenção fora da cidade", explica Eid. A polícia egípcia é famosa pela tortura sistemática em delegacias e centros de detenção, fato que foi denunciado por organizações internacionais de direitos humanos. "Fizemos saber ao promotor geral que todas as detenções são ilegais, porque se realizaram em uma manifestação legal, e vão contra os direitos fundamentais. Isso é um crime", concluiu o advogado.

Ao anoitecer, milhares de pessoas enfrentaram a polícia, que não hesitou em dispersá-las com gás lacrimogêneo. "Por que está me batendo? Também estou lutando por seus direitos", recriminou um jovem ao policial que empunhava à sua frente um cassetete de quase um metro. O desconcerto durou apenas o que demorou para dar o próximo golpe.

### Cairo fecha vias e limita o acesso às redes sociais

Com o intuito de conter ânimos, as principais ruas, pontes e linhas de metrô do Cairo foram bloqueadas ontem pelo governo, e o policiamento foi reforçado em diversos pontos da capital.

A reportagem é de Rebeca Rocha e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, 27-01-2011.

O funcionamento do Facebook e do Twitter e a velocidade da internet também oscilaram durante todo o dia na esperança de dificultar a comunicação entre os manifestantes.

O governo nega ter tido interferência na ação, mas as empresas confirmam que alguma alteração ocorreu nas redes sociais.

Os presos não foram apenas os envolvidos diretamente nos protestos. Outras pessoas consideradas "suspeitas" foram detidas em diferentes locais e momentos nos últimos dois dias.

Na noite de terça, um estudante foi preso enquanto fazia compras no centro e continua desaparecido, sem ter feito nenhum contato com a família ou amigos.

Na manhã de ontem, outro estudante da Universidade Alemã no Cairo, enquanto esperava o ônibus da faculdade, foi levado pelas autoridades e solto apenas no fim do dia.

As embaixadas enviaram e-mails e atualizaram seus sites recomendando os estrangeiros a evitar pontos de tensão e lembrando de carregar cópias do passaporte e visto pelo país. Até ontem, o site da Embaixada do Brasil no Cairo estava fora do ar

### Davos coloca o capitalismo no divã

De repente, no meio de um morno debate sobre "a nova realidade econômica", o moderador, Michael Elliott, editor da revista "Time", puxou para a mesa um artigo de Robert Samuelson, com o provocativo título de "O capitalismo sob sítio".

A reportagem é de Clóvis Rossi e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, 27-01-2011. Uma bela provocação, se se levar em conta que Elliott não estava no Senegal, mas em Davos, o coração anual do capitalismo, que todo janeiro põe os líderes das grandes corporações a debater os horizontes globais.

A provocação colou. James Turley, executivo-chefe da Ernst & Young, dos EUA, queixou-se de que as corporações haviam sido excessivamente "demonizadas" no ano anterior. Devolveu a provocação: "Quanto mais se demoniza, menos empregos se criam".

"Sir" Martin Sorrell, executivo-chefe da britânica WPP, o maior grupo do mundo em serviços de comunicação, com receitas de US\$ 15 bilhões, ecoou: "Não temos organização internacional de negócios como o G20", em alusão ao grupo.

A Zhu Min, que foi vice-presidente do BC chinês até 2010, quando passou a ser conselheiro especial do FMI, coube a tarefa de introduzir o tema que mais incomoda o capitalismo:

"A desigualdade é o mais sério tema individual a enfrentar", disse.

Pôs números na sua tese: até a crise de 1929, 1% dos norte-americanos ficavam com 48% da riqueza, porcentagem que caiu para 28% em 1968, mas voltou aos 48% na crise do período 2008/09.

Coube a um sindicalista apresentar um número ainda mais impressionante: "Nos últimos dez anos, os salários perderam para os lucros dez pontos percentuais de sua participação na renda nacional", disparou John Evans, secretário-geral do Comitê Assessor para os Sindicatos da OCDE, o clubão dos países mais ricos do mundo.

Para fechar o círculo do suposto cerco ao capitalismo, Davos incluiu uma sessão sobre "a nova realidade do capitalismo de Estado", expressão que antigamente se aplicava à URSS e agora se usa basicamente para a China.

O chamado "Consenso de Pequim", como também é chamado, prevê uma ditadura de partido único, forte intervenção na economia, mas mecanismos de mercado.

Ao colocar o capitalismo no divã, não quer dizer que Davos está minimizando a recuperação da crise. É muito mais um reflexo da profundidade do abalo havido a partir

de 2008/09. Zhu Min pôs número na profundidade do buraco: a recuperação da economia mundial devolveu a produção global ao nível de 2008, o que significa que foram dois anos de crescimento zero.

#### DUAS VELOCIDADES

Reflete também o fato de que a recuperação se dá em duas velocidades, constatação feita ontem. O melhor resumo é de Il Sakong, representante do presidente da Coreia para a cúpula do G20, realizada em novembro na capital coreana:

"Os mercados emergentes estão superaquecidos, e, no mundo desenvolvido, a recuperação é incerta".

Incerta, mas recuperação de todo modo, o que levou Nouriel Roubini, professor da Universidade de Nova York, a dizer que via o copo meio cheio, meio vazio.

Seria um lugar-comum se Roubini não fosse conhecido como "Senhor Apocalipse", sempre disposto a previsões catastrofistas.

A parte cheia do copo é conhecida, mas vale a pena resumir a parte que Roubini vê vazia: o crescimento na Europa e nos EUA é anêmico, até porque ainda falta corrigir o excesso de endividamento.

Por mais que haja tais sombras, o capitalismo acabou saindo airoso do dia em Davos. O chinês Zhu Min diz que seus compatriotas, se consultados sobre o modelo que gostariam de ter, responderiam que querem uma casa grande, um carro grande e uma boa aposentadoria.

"O modelo americano", resumiu Zhu Min, para um suspiro de alívio da plateia.

#### Profissionais manifestam insatisfação no Dia Nacional do Carteiro

Ao invés de comemoração, insatisfação. Nesta terça-feira, 25, no Dia Nacional do Carteiro, os profissionais reclamaram, principalmente, da sobrecarga de trabalho. Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios, Telégrafos e Similares do Estado do Rio Grande do Norte (Sintect-RN), Moacir Soares, seriam necessários pelo menos mais 150 carteiros para atender a demanda da região metropolitana de Natal e Mossoró.

"Seria muito bom comemorar o Dia do Carteiro todos os dias, com boas condições de trabalho. Eu acho que a categoria, que é a cara da empresa, deveria ser vista com mais atenção e tratada com condições dignas", ressalta Moacir Soares.

Uma das cobranças da categoria é que seja efetivamente realizado o concurso público que já teve processo iniciado em 2009 e deveria ter ocorrido em 28 de novembro do ano passado, mas foi cancelado por ação do Ministério Público. Nesse tempo, a cobrança aumentou e o trabalho também. Atualmente, há cerca de 450 carteiros em todo o Estado.

De acordo com Moacir Soares, quando os populares reclamam de eventuais atrasos nas entregas das correspondências, não sabem das condições de trabalho dos carteiros. "É um problema estrutural. A empresa não oferece condições para o trabalho ser bem desenvolvido". Moacir alega que nos últimos anos tem crescido o volume de serviço. Além do aumento de horas extras, alguns funcionários têm trabalhado até 10 horas por dia e cumprir expediente aos sábados já é uma realidade.

Outros problemas relatados pelo presidente do Sintect são referentes às condições de trabalho, no tocante à saúde e segurança do carteiro. A bolsa pesada, contendo de 20 a 25 Kg de correspondências, as longas jornadas com exposição ao sol e as caminhadas podem provocar lesões na coluna, câncer de pele e uma doença chamada esporão de calcâneo, conhecida como "esporão de galo", que provoca dores nos pés.

E não é difícil acontecerem assaltos aos carteiros. De acordo com Moacir, aconteceu um recentemente na zona Norte de Natal. Para ele, o que motiva esses assaltos é a

vulnerabilidade dos carteiros em entregar talões de cheques e cartões de crédito. “Deve-se encontrar uma solução para que este tipo de correspondência não seja responsabilidade dos Correios”, pontuou. Ele acrescenta que, baseado nessas questões, o Sindicato batalhou e conseguiu em 2010 um adicional de risco de 30% no salário dos carteiros.

VERMELHO

### Protestos egípcios tiveram um novo tipo de organização

O Egito não é a Tunísia. É muito maior. Oitenta milhões de pessoas, comparados com 10 milhões. Geográfica, política e estrategicamente, está em outro patamar. É o líder natural do mundo árabe e sua nação, a mais populosa. Mas muitos dos rancores das ruas são os mesmos.

A reportagem é de Simon Tisdal, publicada pelo Guardian e reproduzida pelo jornal Folha de S. Paulo, 26-01-2011.

Túnis e Cairo diferem apenas no tamanho. Se o Egito explodir, a explosão será muito maior.

Os egípcios já deram as caras antes. Mas, os protestos de larga escala de ontem foram diferentes, ao enviarem sinais perturbadores a um regime que fez da complacência um modo de ser.

O "dia de fúria" não teve apenas protestos e gritos em pequena escala, como antes. Os manifestantes não ficaram em um só lugar. Em alguns casos, a polícia não pôde, ou não quis, pará-los.

Isso tirou o ditador Hosni Mubarak e seus ministros de sua zona de conforto. A organização dos protestos também foi algo novo, ecoando a Tunísia e o Irã de 2009.

O maior grupo oposição, a Irmandade Muçulmana, que por muito tempo fez o papel de idiota fundamentalista islâmico para reforçar o apoio do Ocidente ao regime secular de Mubarak, desta vez recusou-se a participar.

O rebelde do establishment egípcio, o ex-líder da agência nuclear da ONU [Mohamed El Baradei](#), também ficou de fora.

Em vez disso, uma ampla coalizão de estudantes, jovens desempregados, operários da indústria, intelectuais, torcedores de futebol e mulheres, conectados por mídias sociais como Twitter e Facebook, lançou uma série de protestos ágeis. A polícia recorreu à violência.

Mas o Egito não é a Tunísia. O Egito tem uma polícia muito mais eficiente. Seu líder é tão linha dura e astuto como uma velha raposa. Sua elite militar e política está vinculada aos EUA, e a república americana não gosta de revoluções.

Ainda não há revolução no Egito. Mas, hipoteticamente, se Mubarak cair, as consequências seriam incalculáveis -para Israel e o processo de paz, para o aumento da influência do Irã, para a influência dos EUA no Oriente Médio, para o crescimento e propagação de um islã militante e anti-Ocidente e para 80 milhões de egípcios.

### Aumento pedido para servidores do Judiciário é de 31% e não 56%, diz STF

Se por um lado, a política de contenção de gastos da presidenta Dilma Rousseff deve afetar pouco as verbas destinadas ao Judiciário em 2011, uma vez que o Orçamento não tem sobras e é feito com base na execução do ano anterior, por outro, a austeridade fiscal pode dificultar a aprovação do reajuste dos servidores do Judiciário em 56%, pleiteada desde 2009 por meio de um projeto de lei.

Entretanto, técnicos do STF (Supremo Tribunal Federal) afirmam que, diferentemente do que vem sendo divulgado, o aumento não é de 56% e, sim, de 31%. Em sua primeira entrevista após assumir o Ministério do Planejamento, a chefe da pasta, Miriam

Belchior, afirmou que o aumento de 56% demandado para os servidores do Judiciário seria “bastante significativo”. Seu antecessor, hoje ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, chegou a classificar a demanda de “delirante” no ano passado.

Apesar de o impacto anual estimado continuar em R\$ 7 bilhões, técnicos afirmam que a porcentagem divulgada anteriormente não representa o aumento médio. “O índice de 56% não é linear, pois não incide sobre as tabelas salariais dos cargos em comissão, das funções comissionadas, e sobre as vantagens pessoais decorrentes da incorporação de quintos, congeladas após serem extintas em 1998 pelo FHC [ex-presidente Fernando Henrique Cardoso]”, explica o diretor do STF, Alcides Diniz.

Segundo Diniz, o presidente do STF, Cezar Peluso, ainda não conversou com a presidenta Dilma Rousseff sobre o reajuste, mas uma reunião deve ser agendada para fevereiro. Ele afirma que, assim como nas negociações com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Peluso admite escalonar o aumento. Entretanto, ele só aceitará que os vencimentos se tornem subsídios (salário recebido em apenas uma parcela) se houver uma política nacional que instale o sistema nos Três Poderes.

No ano passado, servidores do Judiciário entraram em greve pelo aumento salarial, mas o governo argumentou que ele não poderia ser concedido em 2010 porque não havia previsão no Orçamento. Em julho do ano passado, Lula também teria afirmado a Peluso e ao presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Ricardo Lewandowski, que o debate sobre o reajuste ficaria para depois das eleições, uma vez que ele queria discutir o impacto da medida com seu sucessor.